

## Enfermagem no combate à pandemia do COVID-19

**Francisca Valda da Silva<sup>1</sup>**  
ORCID: 0000-0002-6364-2241

*<sup>1</sup> Professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Conselheira Nacional de Saúde. Coordenadora da Comissão Intersectorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde. Presidente da ABEn Nacional – Gestão novembro de 2019 a junho de 2020. Brasília, Distrito Federal, Brasil.*

### Como citar este artigo:

Silva FV. Nursing to combat the COVID-19 pandemic. Rev Bras Enferm. 2020;73(Suppl 2):e2020sup2. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-202073suppl201>

Mundialmente, os países que conseguiram os melhores resultados no combate à pandemia do COVID-19 são aqueles que fizeram isolamento social, garantiram o atendimento à saúde da população, em caráter de emergência sanitária e humana, aumentaram o número de leitos de internação hospitalar e de UTIs, realizaram testes massivos em sua população e tomaram medidas para manter a renda e ativar a economia. Não há dicotomia entre salvar vidas e manter a atividade econômica. Na contramão do mundo civilizado, o núcleo duro do governo federal escolheu ouvir, unicamente, grandes empresários, mas, com arrogância, passou a defender apenas o isolamento vertical restrito à população idosa e com comorbidades como medida eficaz para conter o avanço do Coronavírus.

A circulação de grandes contingentes de pessoas em ambientes totalmente favoráveis à disseminação do vírus (SARS-CoV-2) afronta a Lei nº 13.979/2020, assinada pelo próprio presidente, que estabelece medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional e nacional decorrente do COVID-19, com o objetivo de proteger a coletividade e reduzir a velocidade da transmissão da doença para que os serviços de saúde disponíveis consigam atender todas as pessoas com sintomas graves da doença.

O discurso do presidente do Brasil coloca para a população uma falsa questão: enfrentar a crise da saúde ou a da economia para justificar sua escolha de defender os interesses estritamente econômicos que levarão ao aprofundamento da exclusão social com a lógica da “higienização sanitária” de pessoas consideradas “elimináveis” - as que estão abaixo da linha da pobreza, em situação de elevado risco e vulnerabilidade social - grupo de risco para entrar nas estatísticas de um crescimento exponencial da pandemia pelo COVID-19 no Brasil, neste mês de abril, e que passará a integrar as estatísticas alarmantes de doenças e mortes. Podemos frear a cadeia de transmissibilidade do vírus (SARS-CoV-2), fiquem em casa!

Trata-se de um plano genocida e repudiado pela ABEn. Quantos profissionais de saúde da linha de frente da assistência direta - que são grupo de risco - vão adoecer e morrer com os casos que esse discurso irresponsável tem potencial para produzir? A estatística mostra que são 8%, mas não é só isso! É a opção pela redução do tempo da curva da evolução da infecção humana pelo Coronavírus, para proteger a economia, mesmo que signifique crescimento explosivo de casos e desassistência. É a desresponsabilização do Estado e a liberação do salve-se quem puder.

Quantas pessoas vão entrar nos serviços com a inconsequência de comparar a COVID-19 a uma “gripezinha”, um “resfriadinho”? Quantas pessoas ficarão sem condição de tratamento pelo SUS, expondo ainda mais os trabalhadores? E todas as pessoas? Não é só a lógica da necropolítica, se fala agora de assassinato de trabalhadores que estão na linha de frente dos serviços de saúde em defesa da população, como é o caso da enfermagem, cerca de 2 milhões de profissionais (enfermeiras/os, auxiliares e técnicos de enfermagem) face a face com o Coronavírus, no fronte de combate ao COVID-19. Trata-se de um tema de relevância social sobre o trabalho em saúde. Esse discurso do Presidente da República matará profissionais que tentam salvar as vidas, e isso é estarrecedor! Temos que mobilizar ainda mais as nossas redes, a imprensa e a população em geral para proteger os profissionais de saúde. A Rede ABEn (Nacional e

Seções Estaduais e do DF) se coloca, junto com a população e as demais entidades ao lado das/os profissionais de enfermagem do país, para que recebam a proteção trabalhista e previdenciária do Estado, além da devida garantia das condições de trabalho (insumos, quantitativo adequado de profissionais por equipe de cada turno, garantia de local de repouso e de acesso a EPIs de qualidade e em quantidade suficiente, etc.) para o correto e seguro desempenho profissional na luta pela saúde da população e pelo direito à vida.

#EnfermagemDefendeaVida  
#EnfermagemContraCoronavírus  
#ForçasDesafiosEnfermagem  
#ABEnDefendeoSUS  
#RevogaEC95  
#SUSCombateCoronavírus  
#JuntosVenceremosoCOVID-19